

Dock Tecnologia S.A.

CNPJ nº 03.645.772/0001-79

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamos-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. **A Administração.**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controlador		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.154	65.124	83.314	141.054
Investimentos financeiros	5	-	-	1.882.259	1.626.834
Contas a receber de clientes	6	64.575	74.288	113.141	114.390
Contas a receber de emissores		-	-	334.127	44.276
Tributos a recuperar	7	18.133	18.345	24.801	40.062
Outros ativos	10	22.974	26.570	25.982	28.741
Total ativo circulante		114.836	184.327	2.463.624	1.995.357
Não circulante					
Contas a receber de clientes	6	6.885	-	6.885	-
Instrumentos financeiros	27.1.1	-	4.484	-	4.484
Partes relacionadas		3.820	596	1.326	7
Investimentos		313.869	330.105	-	-
Outros ativos	10	621	763	18.948	6.040
Imobilizado	8	4.827	7.165	8.399	8.403
Ágio	9	83.432	83.432	249.641	249.641
Ativos intangíveis	9	103.712	96.944	140.673	149.162
Total ativo não circulante		517.166	523.489	425.872	417.737
Total do ativo		632.002	707.816	2.889.496	2.413.094
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	11	74.449	101.994	101.052	132.833
Contas a pagar à rede de aquisição		-	-	348.879	43.884
Fundos de clientes	13	-	-	1.882.259	1.626.834
Empréstimos	15	44.488	40.849	44.488	41.499
Arrendamentos	21	1.256	1.244	2.779	1.244
Contas a pagar pela aquisição de controladas	12	19.653	-	24.875	5.380
Tributos a recolher	14	14.227	21.433	21.588	29.413
Adiantamentos de clientes	16	37.818	40.346	37.818	40.346
Total passivo circulante		191.891	205.866	2.463.738	1.921.433
Não circulante					
Contas a pagar	11	20.294	17.895	39.808	37.475
Empréstimos	15	182.805	201.469	182.805	201.469
Investimentos financeiros		391	-	391	-
Tributos a recolher	14	1.140	2.116	7.379	9.080
Arrendamentos	21	-	-	1.891	-
Partes relacionadas		97.635	77.626	11.117	4.173
Perda com investimentos em controladas e coligadas		3.002	632	-	-
Contas a pagar decorrentes da aquisição de controladas	12	-	16.923	6.151	27.684
Adiantamentos de clientes	16	40.807	-	40.807	-
Provisões	18	1.691	1.565	10.390	7.516
Total passivo não circulante		347.765	318.226	300.739	287.397
Patrimônio líquido					
Capital social		791.909	791.909	791.909	791.909
Reserva de capital		213.262	208.423	213.262	208.424
Outros resultados abrangentes		1.682	1.763	1.680	1.761
Prejuízos acumulados		(914.507)	(818.371)	(885.549)	(801.751)
Atribuído aos acionistas do Controlador		92.346	183.724	121.302	200.343
Participações de não controladores		-	-	3.717	3.921
Total do patrimônio líquido		92.346	183.724	125.019	204.264
Total do passivo e patrimônio líquido		632.002	707.816	2.889.496	2.413.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: Dock Tecnologia S.A. ("Dock Tecnologia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo e é uma das Companhias da América Latina pertencentes à Dock Ltd., por meio da intermediária Dock Tech LLC. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") atuam na prestação de serviços de software para infraestrutura de pagamentos e serviços relacionados, incluindo processamento de cartões, contas e transações, *banking/payments-as-a-service* e serviços de valor agregado relacionados. No dia 18/11/2025, foi emitida a Resolução Conjunta nº 16 de 28/11/2025 que dispõe sobre a prestação de serviços de *Banking as a Service - BaaS* por parte das instituições financeiras, instituições de pagamento e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O objetivo principal da regulamentação é mitigar potenciais riscos aos clientes e partes envolvidas, incorporando adequada segurança jurídica aos negócios. A regulamentação define claramente quais as partes envolvidas no modelo de negócio de *BaaS*, bem como as respectivas responsabilidades. Além disso, abrange aspectos como governança corporativa, gerenciamento de riscos e controles internos, requisitos de segurança, conduta, contratação e responsabilização. A norma entra em vigor imediatamente, mas a adequação de contratos vigentes que tenham compatibilidade com os modelos regulamentados pode ser feita até 31/12/2026. **2. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), conforme emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados ativos e passivos financeiros (incluindo instrumentos derivativos) mensurados pelo valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota explicativa 3. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada em assembleia em 28/04/2026. **2.2. Pronunciamentos novos ou revisados:** **2.2.1. Aplicados pela primeira vez em 2025:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01/01/2025: • Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 01/01/2025. A adoção dessa alteração não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **2.2.2. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As novas normas e interpretações assim como as alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, interpretações e alterações, caso aplicável, quando entrarem em vigor. • **Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações ao CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 (vigência a partir de 01/01/2026):** Em 30/05/2024, o IASB emitiu alterações das IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à Companhias em geral e não apenas para instituições financeiras, as alterações: (i) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (ii) esclarecem e inserem mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros ("SPPI"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (iii) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e (iv) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2026. • **Melhorias Anuais às Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards) – Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: (i) IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; (ii) IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; (iii) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; (iv) IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e (v) IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". • **Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – CPC 51/IFRS 18 (vigência a partir de 01/01/2027):** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras: O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	Notas	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores					Controlador e Consolidado	
		Capital social		Outras reservas	Conversão de moeda estrangeira	Prejuízos acumulados	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital					
Em 31/12/2023		791.909	55.522	137.242	1.227	(748.406)	237.494	240.352
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(53.345)	333	(53.012)
Outros resultados abrangentes	19	-	-	-	534	-	534	534
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	534	(53.345)	(2.012)	(52.478)
Transações com proprietários na condição de proprietários:								
Pagamento baseado em ações	20	-	16.390	-	-	-	16.390	16.390
Transações com participações de não controladores		-	-	(730)	-	-	730	-
Total		-	16.390	(730)	-	-	16.390	16.390
Em 31/12/2024		791.909	71.912	136.512	1.761	(801.751)	200.343	204.264
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(83.798)	(335)	(84.133)
Outros resultados abrangentes	19	-	-	-	(81)	-	(81)	(81)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	(81)	(83.798)	(335)	(84.214)
Transações com proprietários na condição de proprietários:								
Pagamento baseado em ações - Resultado	20	-	18.498	-	-	-	18.498	18.498
Pagamento baseado em ações - Passivo (Tributos a pagar)	20	-	(2.800)	-	-	-	(2.800)	(2.800)
Pagamento baseado em ações - Entregue	20	-	(10.729)	-	-	-	(10.729)	(10.729)
Transações com participações de não controladores	19	-	-	(131)	-	-	(131)	-
Total		-	4.969	(131)	-	-	4.838	4.969
Em 31/12/2025		791.909	76.881	136.381	1.680	(885.549)	121.302	125.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	Notas	Controlador e Consolidado			
		2025	2024	2025	2024
Receita de software, pagamentos e taxas transacionais		404.741	452.273	614.979	667.876
Receita de serviços profissionais e serviços de ecossistema		43.517	44.872	82.779	89.079
Receita líquida	22	448.258	497.145	697.758	756.955
Custo de software, pagamentos e taxas transacionais		(161.471)	(186.156)	(229.796)	(234.059)
Custo de serviços profissionais e serviços de ecossistema		(28.016)	(27.922)	(63.308)	(73.181)
Custo dos serviços prestados	23	(189.487)	(214.078)	(293.104)	(307.240)
Lucro bruto		258.771	283.067	404.654	449.715
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	23	(113.739)	(150.891)	(199.159)	(206.425)
Pesquisa e desenvolvimento	23	(108.565)	(131.073)	(149.615)	(171.262)
Despesas com vendas	23	(30.016)	(37.496)	(60.612)	(57.643)
Outras receitas (despesas), líquidas	24	(1.196)	(1.648)	(4.457)	542
Lucro (prejuízo) operacional		5.255	(38.041)	(9.189)	14.927
Receitas financeiras	25	21.711	10.305	3.674	3.567
Despesas financeiras	25	(89.557)	(61.809)	(77.348)	(54.770)
Outros resultados financeiros, líquidos	25	-	-	(801)	(3.084)
Resultado financeiro, líquido		(67.846)	(51.504)	(74.475)	(54.287)
Resultado de equivalência patrimonial		(33.546)	26.141	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(96.137)	(63.404)	(83.664)	(39.360)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	26.2	-	-	(469)	(13.661)
Diferido	26.2	-	-	-	9
Prejuízo do exercício		(96.137)	(63.404)	(84.133)	(53.012)
Atribuído aos acionistas da Companhia		(96.137)	(63.404)	(83.798)	(53.345)
Participações de não controladores		-	-	(335)	333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	Notas	Controlador e Consolidado			
		2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício		(96.137)	(63.404)	(84.133)	(53.012)
Itens que serão reclassificados para o resultado:					
Ajustes de conversão de operações no exterior		(81)	533	(81)	534
Outros resultados abrangentes do exercício		(96.218)	(62.871)	(84.214)	(52.478)
Atribuído aos acionistas da Companhia		(96.217)	(62.871)	(83.879)	(52.811)
Participações de não controladores		-	-	(335)	333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	Notas	Controlador e Consolidado			
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(96.137)	(63.404)	(84.133)	(53.012)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-
Ajustes de:					
Depreciação e amortização	8, 9, 21	36.526	47.158	63.315	72.472
Equivalência patrimonial		33.546	(26.141)	-	-
IRPJ e CSLL diferidos		-	-	469	13.652
Perdas de crédito esperadas	18	(840)	3.266	12.826	5.080
Remuneração baseada em ações	20	4.970	16.389	7.769	16.390
Juros apropriados sobre empréstimos	15	37.454	23.646	36.804	24.295
Juros apropriados sobre arrendamentos	21	127	314	592	314
Juros apropriados sobre investimentos		(1.051)	(1.063)	-	-
Varição cambial sobre empréstimos	15	(8.561)	6.134	(8.561)	6.134
Juros apropriados sobre contas a pagar pela aquisição de controladas	12	3.086	3.657	5.184	6.021
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos		4.875	(3.728)	4.875	(3.728)
Variáveis nos ativos e passivos operacionais:					

continuação

abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.7.2. Passivos financeiros: a) Reconhecimento e desreconhecimento:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo. No caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, são somados ou subtraídos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **2.8. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.9. Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Esses desembolsos incluem licenças de *software* pré-pagas, apólices de seguro e determinados serviços de hospedagem. As despesas antecipadas são apresentadas dentro de outros ativos. **2.10. Receita de contratos com clientes:** As receitas de contratos com clientes são reconhecidas quando as obrigações de desempenho são satisfeitas pelo Grupo, em um montante que reflita a contraprestação que o Grupo espera ter direito a receber em troca dessas obrigações de desempenho no curso normal de suas atividades. As receitas são apresentadas líquidas de impostos sobre vendas e impostos específicos. As receitas do Grupo provenientes de contratos com clientes consistem substancialmente de: **2.10.1. Softwares, pagamentos e taxas transacionais: Cartões:** O Grupo presta serviços de transações eletrônicas de pagamento, incluindo a captura, transmissão e processamento de transações realizadas por meio de todas as modalidades de cartões de pagamento, incluindo cartões de crédito, débito e *vouchers*, bem como a cobrança de taxas por serviços antifraude. A obrigação de desempenho do Grupo perante seus clientes é fornecer acesso à sua plataforma e processar uma quantidade não especificada de transações. A contraprestação recebida é contingente ao uso por parte dos clientes, seja pelo número de transações ou pelo número de contas ativas. O Grupo aloca as tarifas variáveis ao mês em que o serviço é prestado. A Administração concluiu que essas obrigações de desempenho representam uma série de serviços distintos e, portanto, a receita é reconhecida ao longo do tempo, utilizando o método de *output*. **Banking as a Service:** O Grupo oferece uma plataforma que permite aos seus clientes disponibilizar serviços bancários aos seus usuários finais, enquanto todo o processamento e liquidação das transações é realizado pelo próprio Grupo. Serviços como contas digitais, transferências bancárias, boletos de pagamento, serviços de aquisição de cartões e operações de Pix também são oferecidos por meio desses contratos. A obrigação do Grupo é fornecer acesso à sua plataforma e executar uma quantidade especificada de tarefas. A contraprestação recebida é contingente ao uso do cliente, seja pelo volume monetário processado, pelo número de transações ou pelo número de contas ativas. O Grupo aloca as tarifas variáveis ao mês em que possui o direito contratual de faturar, o que também ocorre mensalmente. Essas obrigações de desempenho representam uma série de serviços distintos e a receita é reconhecida ao longo do tempo, pelo método de saída. A Administração analisou a relação principal versus agente, e os julgamentos significativos são apresentados a seguir: o Transacional: transações realizadas pelos clientes no período para certas funcionalidades específicas, como Pix, boletos, serviços de aquisição de cartões e transferências bancárias. A Administração concluiu que o Grupo atua como principal nesses serviços. O Juros sobre recursos mantidos para clientes: o Grupo também reconhece receita de juros sobre os recursos mantidos para clientes que são inicialmente depositados nas contas bancárias do Grupo, conforme divulgado na nota explicativa 5. **2.10.2. Serviços profissionais e serviços de ecossistema: Serviços de implementação:** O Grupo fornece aos clientes acesso às suas plataformas SaaS (*Software as a Service*) por um período determinado. Como parte do contrato, antes do início do prazo do SaaS, o Grupo realiza serviços de implementação, conduzindo atividades de conversão e migração de dados, bem como serviços de configuração. Como esses serviços fornecem ao cliente benefícios incrementais além da simples capacidade de acessar e usar a aplicação hospedada, eles são tratados como uma obrigação de desempenho separada. E, pelo fato de que os clientes recebem e consomem os benefícios desses serviços à medida que o Grupo os executa, a receita é reconhecida ao longo do tempo, utilizando o método de entrada. Os serviços geralmente levam de 3 a 6 meses para serem concluídos e a receita é reconhecida durante o período da prestação dos serviços. **Projetos:** O Grupo, por meio de seus arquitetos de sistemas, oferece serviços profissionais focados em aprimorar a experiência do cliente no uso da plataforma do Grupo, realizando configurações adicionais e modificações das funcionalidades de acordo com as necessidades dos clientes. A receita é reconhecida ao longo do tempo, pelo método de entrada, determinado com base nas horas efetivamente trabalhadas em relação ao total estimado de horas necessárias. Os projetos geralmente levam de 1 a 6 meses para serem concluídos e a receita é reconhecida durante o período da prestação dos serviços. **Serviços profissionais e de ecossistema:** Os serviços profissionais e de ecossistema consistem no B2B sponsorship de cartões e outros serviços integrados à plataforma, como serviço de mensagens curtas ("SMS"), faturas digitais e gerenciamento de chargeback. A receita é reconhecida ao longo do tempo, pelo método de saída. **2.11. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado e for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. **2.12. Tributos: i) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **ii) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** O imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto e leis fiscais promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributada. **iii) Impostos sobre vendas e outros impostos:** As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos de impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos incidentes sobre a compra de bens ou serviços não são recuperáveis das autoridades fiscais; nesse caso, o imposto é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme aplicável. • Quando os valores a receber ou a pagar são apresentados com o valor do imposto sobre vendas incluso. O montante líquido de impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar ao fisco, é apresentado como parte de impostos a recuperar ou impostos a recolher no balanço patrimonial e líquido da respectiva receita ou custo/despesa na demonstração do resultado. **iv) Reforma Tributária sobre o consumo:** Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. O Grupo deverá avaliar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime antigo, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou eventual perda de direito creditório. **2.13. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método

Dock Tecnologia S.A.

linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Categoria de imobilização	Vida útil em anos
Equipamentos de telecomunicação e informática	5
Móveis e utensílios	10
Benefetorias em imóveis de terceiros	5
Outros ativos	5 - 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. Não ocorreram modificações na vida útil estimada como resultado da revisão anual ocorrida no exercício de 2025. **2.14. Ativos intangíveis: 2.14.1. Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. **2.14.2. Relações contratuais com clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes da Companhia têm vida útil entre 8,4 e 9,7 anos e são contabilizadas subsequentemente ao custo menos a amortização acumulada e perdas por *impairment*. **2.14.3. Softwares:** Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso; • Há a intenção e capacidade do Grupo de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou licenciá-lo; • Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros; • Há recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou licenciar o ativo intangível, estão disponíveis; e • O Grupo possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. A vida útil estimada dos *softwares* do Grupo é de 5 a 10 anos. **2.15. Impairment de ativos não financeiros:** O ágio não está sujeito à amortização e é testado anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. 2.16. Benefícios a empregados: i) Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo a funcionários são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e as obrigações possam ser estimadas de maneira confiável. **ii) Acordos de pagamento baseado em ações ("opção de ações e unidades de ações restritas"):** O Grupo opera dois planos de remuneração baseada em ações liquidados em instrumentos de capital próprio, concebidos para fornecer incentivos de longo prazo a diretores e empregados selecionados, com o objetivo de gerar retornos sustentáveis aos acionistas. O custo das transações com empregados liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data da concessão. Esse valor é determinado por meio de um método de avaliação apropriado para o plano de opção de ações, e, para o plano de unidades de ações restritas, com base no valor justo das ações ordinárias do Grupo, calculado pelo método de abordagem de mercado. Mais detalhes são apresentados na nota explicativa 20. O custo é reconhecido como despesa, juntamente com o correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que o serviço e, quando aplicável, as condições de desempenho são atendidas (prazo de aquisição). Ao final de cada período, o Grupo revisa suas estimativas quanto ao número de opções que se espera que sejam adquiridas, com base nas condições de aquisição não relacionadas ao mercado e nas condições de serviço. O impacto de qualquer revisão dessas estimativas é reconhecido no resultado, com ajuste correspondente no patrimônio líquido. O plano de unidades de ações restritas é considerado renda do trabalho para os empregados e, portanto, sujeito à Contribuição Previdenciária e outros encargos sociais, conforme a legislação tributária brasileira. Assim, o Grupo deve reter o valor correspondente à obrigação tributária do empregado associada às unidades de ações restritas e recolher esse valor em dinheiro às autoridades fiscais em nome do empregado. O Grupo liquidará a outorga das unidades de ações restritas em uma base líquida, retendo o número de ações cujo valor justo seja equivalente ao valor monetário da obrigação tributária do empregado e emitindo apenas as ações restantes quando o período e as condições de aquisição forem cumpridos. Os impostos retidos serão pagos à autoridade fiscal quando as unidades de ações restritas forem exercidas. A obrigação (encargos sociais e contribuição previdenciária) será ajustada em cada período de reporte de acordo com o valor justo das unidades de ações restritas na respectiva data. Consultar a nota explicativa 20.2 para mais detalhes sobre o plano de unidades de ações restritas. **2.17. Contas a pagar e Incentivos Comerciais: i) Contas a pagar:** Esses valores representam passivos por bens e serviços fornecidos ao Grupo antes do encerramento do exercício social que ainda não foram pagos. As contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os fornecedores são apresentados como passivos circulantes, salvo quando o pagamento não foi devido dentro de 12 meses após o período de reporte. Esses valores também incluem passivos relativos a salários e ordenados, que se espera que sejam liquidados dentro de 12 meses após o término do período em que os empregados prestam os respectivos serviços. **ii) Incentivos Comerciais a Cartões:** Consistem em custos de Redes de Cartões e custos de emissão de cartões. Os custos de Redes de Cartões são, em geral, equivalentes a um percentual específico do volume processado ou a um valor fixo por transação processada por meio da respectiva rede de cartões. O Grupo incorre nesses custos diretamente a partir de acordos contratuais com as Redes de Cartões. Os contratos do Grupo com as Redes de Cartões normalmente possuem prazo de três a cinco anos, podendo ser renovados por períodos adicionais de um a dois anos, conforme acordado entre as partes. Os custos de emissão de cartões incluem cartões físicos, embalagens e outros custos relacionados. O Grupo mantém acordos de marketing e incentivos com as Redes de Cartões, que concedem à Companhia incentivos financeiros com base em um percentual do volume processado por meio da respectiva Rede de Cartões. A Companhia registra esses incentivos como redução do custo da receita nas demonstrações consolidadas do resultado e do prejuízo abrangente. **2.18. Empreéstimos:** Os empreéstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores capturados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empreéstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empreéstimos são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. Os empreéstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data. As cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que o Grupo é obrigado a cumprir, até a data do balanço, são consideradas na classificação dos empreéstimos como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que o Grupo é obrigado a cumprir após a data do balanço não afetam a classificação na data do balanço, mas são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras. **2.19. Arrendamentos:** O Grupo aluga principalmente salas comerciais utilizadas para as suas áreas administrativas. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas além das garantias reais sobre os ativos locados devida pelo locador. Os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empreéstimos. Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado está disponível para uso pelo Grupo. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou taxa; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; • pagamentos de arrendamento a serem feitos sob

uma opção de extensão se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção; e • pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. **2.20. Contas a pagar à rede de adquirência:** As contas a pagar para liquidar transações com cartão são reconhecidas como passivos financeiros ao custo amortizado. Essas contas a pagar representam valores devidos pelo Grupo aos participantes da rede de cartões relacionados a transações de pagamento processadas por meio de cartões emitidos pelo Grupo. **2.21. Adiantamentos de clientes:** Os adiantamentos de clientes representam adiantamentos em dinheiro recebidos de clientes para serem utilizados. Esses adiantamentos são reconhecidos como passivos até que os serviços relacionados sejam prestados. Os adiantamentos de clientes são reconhecidos pela compensação dos pagamentos devidos pelo cliente pelos serviços de processamento contínuo prestados. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas:** Ao preparar e apresentar estas demonstrações financeiras consolidadas, a Administração fez julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos contábeis são avaliados continuamente e baseiam-se na experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acreditam ser razoáveis nas circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos críticos:** As informações sobre os julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem o seguinte: **Dock Soluções e Dock IP: Controle:** A Administração do Grupo aplicou julgamento ao determinar que a Companhia controla a Dock Soluções e, portanto, consolidou a Dock Soluções nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Em 2019, a Companhia transferiu, sem contraprestação, 53,57% de sua participação votante para seu CEO e, na mesma data, a Dock Tecnologia e seu CEO firmaram um acordo de acionistas. Na avaliação, a Administração entende que os direitos de voto potenciais decorrentes da opção de converter as ações preferenciais em ações ordinárias são considerados substanciais, levando em consideração que a Companhia pode exercer a opção a qualquer momento, antes de uma eventual venda das ações pelo CEO, sem barreiras financeiras, econômicas ou regulatórias relevantes, combinado ao fato de que o CEO atua em benefício do Grupo. Portanto, a Administração concluiu que a Companhia controla o resultado econômico da Dock Soluções. No exercício encerrado em 31/12/2023, a Companhia concluiu a cisão da Dock IP a partir da Dock Soluções. Essa cisão resultou na transferência do controle da Dock IP diretamente para a Dock Tecnologia, considerando os mesmos critérios aplicados à Dock Soluções relacionados à definição de controle. Consequentemente, a Administração concluiu que a participação de não controladores deve ser mensurada em 1,03% (2024 - 1,07%) na Dock Soluções e 1,20% (2024 - 1,20%) na Dock IP, considerando a participação econômica e as ações preferenciais sobre o futuro e outras fontes importantes de incerteza estimada na data do relatório, que incluem um risco significativo de um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são descritas abaixo. O Grupo baseou suas premissas e estimativas nos parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas. **Provisão de perdas esperadas:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos de imposto de renda diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual os impostos possam ser compensados. A determinação do montante de ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos que podem ser reconhecidos baseia-se em estimativas de níveis de lucratividade atual e futura, de acordo com o plano de negócios anual aprovado pela administração do Grupo. A Nota 26.2 fornece detalhes sobre o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. **Custos de desenvolvimento interno:** Os custos de desenvolvimento são capitalizados com base na prática contábil descrita na nota 2.14.3. A capitalização inicial dos custos fundamenta-se em estimativas da administração de que a viabilidade tecnológica e econômica está confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto atinge um marco (milestone) definido, de acordo com um modelo de gestão de projetos estabelecido. Ao determinar os montantes que podem ser capitalizados, a administração adota premissas em relação à geração de caixa futura esperada do projeto e ao período de recursos esperado. O custo de desenvolvimento capitalizado refere-se ao desenvolvimento de novos recursos e produtos na plataforma do Grupo. **Pagamento baseado em ações:** A estimativa do valor justo para transações de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado e das premissas subjacentes, o que depende dos termos e condições da outorga e das informações disponíveis na data da outorga. O Grupo utiliza certas metodologias para estimar o valor justo, as quais incluem o seguinte: • Estimativa do valor justo com base em transações de capital com terceiros próximas à data da outorga; • Outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como o Black-Scholes. Essas estimativas também exigem a determinação dos inputs (dados de entrada) mais apropriados para os modelos de avaliação, incluindo premissas relativas à vida esperada de uma opção de ação ou direito de valorização de ações (*appreciation right*), volatilidade esperada do preço das ações do Grupo e o *dividend yield* (rendimento de dividendos) esperado. Consulte a nota 20 para mais detalhes.

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Caixa e depósitos bancários	45	6.085	52.798	101.651
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	9.109	59.039	30.516	39.403
Total	9.154	65.124	83.314	141.054

(i) Os montantes aplicados incluem juros com base em 100% (2024 - 100%) da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Títulos do governo do Brasil (i)	-	-	79.612	1.626.834
Aplicações financeiras de curto prazo (ii)	-	-	1.802.647	-
Total	-	-	1.882.259	1.626.834

(i) Títulos do governo do Brasil. Os investimentos financeiros são recursos de terceiros mantidos em custódia (ou recursos de clientes) representam fundos depositados em nome de clientes de contas digitais. Esses recursos são investidos em títulos emitidos pelo Governo Brasileiro ou depósitos no Banco Central do Brasil ("BACEN") e rendem 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para a Companhia. O Grupo faz jus à receita financeira resultante das aplicações desses recursos. Em alguns casos, a receita financeira pode ser compartilhada com clientes e/ou usuários finais. Consulte a nota 2.7 para mais detalhes. (ii) As aplicações financeiras são mantidas majoritariamente em reais, e a taxa média de remuneração em dezembro de 2025 é de 100% da taxa CDI brasileira (em 2024 era de 100%).

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Contas a receber de serviços prestados	72.602	76.318	129.951	119.503
Outras contas a receber	-	-	6.229	797
Provisão para perdas de crédito esperadas (i)	(1.142)	(2.030)	(16.154)	(5.910)
Total	71.460	74.288	120.026	114.390

A composição por vencimento (*aging*) das contas a receber de clientes em 31/12/2025 e 2024 era a seguinte:

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
63.144	69.946	90.524	102.739	
7.433	2.613	11.080	6.242	
574	1.253	4.744	2.993	
407	1.300	2.913	2.266	
223	526	12.966	1.517	
821	680	7.724	3.746	
Total	72.602	76.318	129.951	119.503

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é a seguinte:

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Saldo inicial da provisão para perdas de crédito esperadas	(2.030)	(537)	(5.910)	(2.218)
Adições, líquidas	(1.190)	(3.803)	(17.232)	(7.080)
Reversões (constituições), líquidas	2.030	537	4.406	2.000
Baixa contra contas a receber brutas	48	1.773	2.533	1.388
Variação cambial	-	-	49	-
Saldo final da provisão para perdas de crédito esperadas	(1.142)	(2.030)	(16.154)	(5.910)

7. Tributos a recuperar:

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	-	-	786	23
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) (i)	18.133	18.345	22.434	36.380
PIS e COFINS	-	-	1.581	3.659
Total	18.133	18.345	24.801	40.062

(i) O Grupo espera utilizar estes créditos até o final de 31/12/2026. **8. Imobilizado:** A tabela a seguir apresenta a conciliação da movimentação do imobilizado durante os períodos de reporte:

	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Equipamentos de telecomunicação	Benefetorias em imóveis de terceiros	Ativos de direito de uso	Outros	Total
Custo	2.600	30.549	635	4.989	10.672	914	50.359
Depreciação acumulada	(1.849)	(22.826)	(618)	(4.405)	(7.993)	(897)	(38.588)
Em 31/12/2023	751	7.723	17	584	2.679	17	11.771
Aquisições	57	15	-	260	78	-	410
Depreciação	(197)	(3.037)	(8)	(167)	(1.599)	(9)	(5.017)
Em 31/12/2024	611	4.701	9	677	1.158	8	7.164
Aquisições	112	87	-	119	1.489	-	1.807
Depreciação	(176)	(2.414)	(5)	(154)	(1.387)	(8)	(4.144)
Em 31/12/2025	547	2.374	4	642	1.260	-	4.827

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Dock Tecnologia S.A.									
					Consolidado				
Móveis e utensílios		Equipamentos de informática	Equipamentos de telecomunicação	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Ativos de direito de uso	Outros	Total		
Custo	3.487	36.060	646	9.634	10.871	914	61.612		
Depreciação acumulada	(2.241)	(26.784)	(628)	(9.051)	(8.136)	(897)	(47.737)		
Em 31/12/2023	1.246	9.276	18	583	2.735	17	13.875		
Aquisições	57	17	-	260	78	-	412		
Depreciação	(259)	(3.802)	(9)	(172)	(1.634)	(8)	(5.884)		
Em 31/12/2024	1.044	5.491	9	671	1.179	9	8.403		
Custo	3.544	36.077	646	9.894	10.949	914	62.024		
Depreciação acumulada	(2.500)	(30.586)	(637)	(9.223)	(9.770)	(905)	(53.621)		
Em 31/12/2025	1.044	5.491	9	671	1.179	9	8.403		
Aquisições	112	104	-	119	5.944	-	6.279		
Depreciação	(247)	(3.054)	(5)	(148)	(2.820)	(8)	(6.283)		
Em 31/12/2025	909	2.541	4	642	4.303	1	8.399		
Custo	3.656	36.181	646	10.013	16.893	914	68.303		
Depreciação acumulada	(2.747)	(33.640)	(642)	(9.372)	(12.590)	(913)	(59.904)		
Em 31/12/2025	909	2.541	4	642	4.303	1	8.399		

Não houve indicadores de redução ao valor recuperável (impairment) do imobilizado durante o período destas Demonstrações Financeiras. **9. Ativos intangíveis:** A tabela a seguir apresenta a conciliação da movimentação dos ativos intangíveis durante os períodos de reporte:

Controlador									
Desenvolvimento interno		Outros ativos intangíveis	Ágio	Total					
Custo	122.968	142.982	1.894	83.432	351.276				
Amortização acumulada	(84.903)	(68.948)	(1.294)	-	(155.145)				
Saldo contábil em 2023	38.065	74.034	600	83.432	196.131				
Aquisições	1.383	25.004	-	-	26.387				
Amortização	(20.768)	(20.995)	(379)	-	(42.142)				
Em dezembro de 2024	18.680	78.043	221	83.432	190.376				
Aquisições	9.281	29.867	-	-	39.148				
Amortização	(8.898)	(23.261)	(221)	-	(32.380)				
Em dezembro de 2025	19.063	84.649	-	83.432	187.144				

15. Empréstimos: A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos empréstimos:

Controlador e Consolidado									
2025									
Taxa de juros		País	Vencimento	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Citi II	CDI+3,25%	Brasil	Out/2028	15.678	27.437	43.115	8.625	47.435	56.060
CCB Bradesco	CDI + 3,18%	Brasil	Out/2029	15.266	43.253	58.519	2.445	56.257	58.702
Santander	CDI + 4,27%	Brasil	Dez/2027	-	-	-	17.476	34.951	52.427
Banco ABC	CDI + 3,3%	Brasil	Jan/2025	-	-	-	-	30.018	30.018
Banco ABC	CDI + 3,3%	Brasil	Ago/2027	-	30.143	30.143	-	-	-
Santander	CDI + 4,43%	Brasil	Jul/2028	-	-	-	12.303	32.808	45.111
Santander	CDI + 3,84%	Brasil	Ago/2029	7.452	81.972	89.424	-	-	-
Aymoré I	12%	Brasil	Mai/2026	1.278	-	1.278	-	-	-
Aymoré II	13%	Brasil	Set/2026	3.198	-	3.198	-	-	-
Aymoré III	13%	Brasil	Out/2026	1.616	-	1.616	-	-	-
Total				44.488	182.805	227.293	40.849	201.469	242.318

A movimentação dos empréstimos é como segue:

Controlador e Consolidado									
2024									
Captação de empréstimos		Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros apropriados	Efeito da variação cambial	2025			
Santander IV	52.427	(53.814)	(4.509)	5.896	-				
Santander V	45.111	(45.833)	(4.457)	5.179	-				
Citi II	56.060	(6.742)	(2.710)	5.068	(8.561)				
Banco ABC III	30.018	(30.287)	(5.058)	5.327	-				
CCB Bradesco II	58.702	(1.000)	(9.853)	10.670	-				
Banco ABC IV	-	88.154	(3.453)	4.723	-				
Banco ABC V	-	30.000	-	143	-				
Finan TD Synnex	-	3.067	(1.789)	(240)	240				
Finan E-Players	-	4.264	(1.066)	(159)	159				
Finan YSEC BR SERV	-	1.939	(323)	(48)	48				
Total	242.318	127.424	(140.854)	(30.487)	37.453	(8.561)	227.293		

(i) Empréstimo - Banco Santander IV: Em 28/12/2022, a Dock Brasil emitiu uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), estruturada pelo Banco Santander (Brasil) S.A., no montante de R\$ 71,2 milhões, garantida por aplicação em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") emitidos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e por contas a receber. Essa CCB rende juros à taxa do CDI acrescida de 4,27% e foi liquidada em 2025. **(ii) Empréstimo - Banco Santander V:** Em 18/08/2023, a Dock Brasil emitiu uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), estruturada pelo Banco Santander (Brasil) S.A., no montante de R\$ 48,9 milhões, garantida por aplicação em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") emitidos pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e por contas a receber de clientes. Essa CCB rende juros à taxa do CDI acrescida de 4,43% ao ano e foi liquidada em 2025. **(iii) Empréstimo - Banco ABC III:** Em 29/08/2024, a Dock Brasil emitiu uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), estruturada pelo Banco ABC Brasil S.A., no montante de R\$ 30 milhões. Essa CCB rende juros à taxa do CDI acrescida de 3,3% ao ano e foi liquidada em 2025. **(iv) Empréstimo - Citi II:** Em 01/09/2024, a Dock Brasil emitiu uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), estruturada pelo Banco Citi S.A., no montante de aproximadamente US\$ 8,7 milhões (R\$ 49,25 milhões). Essa CCB rende juros à taxa do CDI acrescida de 3,25% ao ano e tem vencimento em setembro de 2028. Em 31/12/2025, o Grupo encontra-se em conformidade com seus covenants financeiros. **(v) CCB Bradesco II:** Em 03/10/2024, a Dock Brasil emitiu uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), estruturada pelo Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 58,7 milhões. Essa CCB rende juros à taxa do CDI acrescida de 3,18% ao ano e tem vencimento em outubro de 2029. Em 31/12/2025, o Grupo encontra-se em conformidade com seus covenants financeiros. **(vi) Banco ABC IV:** Em 19/12/2025, a Dock Brasil emitiu uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), estruturada pelo Banco ABC Brasil S.A., no montante de R\$ 30 milhões. Essa CCB rende juros à taxa do CDI acrescida de 3,3% ao ano e tem vencimento em agosto de 2027. Em 31/12/2025, o Grupo encontra-se em conformidade com seus covenants financeiros. **(vii) Santander VI:** Em 09/09/2025, a Dock Brasil emitiu uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), estruturada pelo Banco Santander (Brasil) S.A., no montante de R\$ 88,2 milhões. Essa CCB rende juros à taxa do CDI acrescida de 3,84% ao ano e tem vencimento em agosto de 2029. Em 31/12/2025, o Grupo encontra-se em conformidade com seus covenants financeiros. **(viii) Aymoré I:** Em 09/05/2025, a Dock Brasil emitiu uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), estruturada pela Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., no montante de R\$ 3,1 milhões. Essa CCB rende juros de 12% ao ano e tem vencimento em maio de 2026. **(ix) Aymoré II:** Em 09/09/2025, a Dock Brasil emitiu uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), estruturada pela Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., no montante de R\$ 4,3 milhões. Essa CCB rende juros de 13% ao ano e tem vencimento em setembro de 2026. **(x) Aymoré III:** Em 06/10/2025, a Dock Brasil emitiu uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), estruturada pela Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., no montante de R\$ 2 milhões. Essa CCB rende juros de 13% ao ano e tem vencimento em outubro de 2026. Os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante são os seguintes:

Controlador e consolidado	
2025	2024
2026	44.488
2027	70.800
2028	76.928
2029	35.077
Total	227.293

Ativos dados em garantia: Os valores contábeis dos ativos financeiros dados em garantia para o total de empréstimos circulantes e não circulantes são: (i) contas a receber no montante de R\$ 30.204 em 31/12/2025 (R\$ 31.259 em 31/12/2024). Não houve ativos não financeiros dados em garantia. **16. Adiantamentos de clientes:** A tabela a seguir apresenta o detalhamento do adiantamento do cliente:

Controlador e consolidado	
2025	2024
Adiantamento de clientes (i)	40.807
Total	40.807

(i) Durante o exercício findo em 31/12/2025, o Grupo recebeu um pagamento antecipado de R\$ 61.585 milhões. Este adiantamento está associado à Dock Tecnologia S.A. e destina-se a ser utilizado no prazo de 24 meses mediante a compensação de pagamentos devidos pelo cliente pelos serviços de processamento contínuos prestados. **17. Transações com partes relacionadas:** **Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

Controlador e Consolidado				
2025				
2025	2024	2025	2024	
Remuneração total de curto prazo do pessoal-chave da Administração	8.120	9.542	10.029	9.024
Pagamentos com base em ações (nota 20)	9.765	4.165	9.765	4.165
Total	17.885	13.707	19.794	13.189

18. Provisões: O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. O detalhamento das contingências existentes, classificadas como provisões pela administração com base na avaliação de seus assessores jurídicos e que estão reconhecidas no passivo, é o seguinte:

Controlador e Consolidado				
2025				
2025	2024	2025	2024	
Casos prováveis	1.309	1.235	9.899	7.005
Cível	382	330	491	511
Trabalhista	1.691	1.565	10.390	7.516

Provisão trabalhista: Em 31/12/2025, o Grupo figurava como parte em processos trabalhistas movidos sobre temas considerados pela administração como inerentes às suas atividades (horas extras, adicional de insalubridade e diferenças salariais, entre outros). Adicionalmente, o Grupo contrata prestadores de serviços para a execução de certas atividades administrativas e entende que este procedimento é uma prática normal em seu segmento de mercado. Contudo, as autoridades previdenciárias podem ter uma interpretação distinta. Tal entendimento baseia-se na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, que defendem os interesses do Grupo em referidos processos e o auxiliam em seus procedimentos de contratação. Diante disso, o Grupo registrou provisões suficientes para cobrir as perdas estimadas. **Provisão cível:** Em 31/12/2025, o Grupo era parte em processos cíveis. Tal entendimento baseia-se na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, que defendem os interesses do Grupo em referidos processos. Diante disso, o Grupo registrou provisões suficientes para cobrir as perdas estimadas. **Perdas possíveis:** O Grupo é parte em processos cíveis, tributários e trabalhistas classificados como risco de perda possível, com base na avaliação da administração e na opinião de seus assessores jurídicos, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os processos classificados como perda possível totalizam R\$ 35.755 (2024 - R\$ 10.688). **19. Patrimônio líquido:** **19.1 Capital social:** Em 31/12/2025 e 2024, o capital social autorizado, subscrito e integralizado totalizava R\$ 791.909, representado por 74.566.287 ações ordinárias. Em 31/12/2025 e 2024, o Grupo possuía apenas uma classe de ações ordinárias. Cada detentor de ações ordinárias tem direito a um voto por ação em todas as matérias a serem votadas pelos acionistas em geral, incluindo a eleição de diretores. **19.2 Reserva de capital:** **Pagamento baseado em ações:** O Grupo opera planos de remuneração baseada em ações liquidados com instrumentos patrimoniais, projetados para oferecer incentivos de longo prazo a diretores e colaboradores selecionados para gerar retornos de longo prazo aos acionistas. Consulte a nota 20 para mais detalhes. **20. Pagamento baseado em ações:** **20.1 Plano de opções de compra de ações:** O Grupo mantém planos de pagamento baseado em ações com liquidação em instrumentos patrimoniais, estruturados para proporcionar incentivos de longo prazo a determinados administradores e empregados, com o objetivo de alinhar seus interesses à geração de retorno aos acionistas no longo prazo, em conformidade com o IFRS 2 - Pagamentos baseados em ações. O valor justo das opções foi mensurado na data da outorga, com base em modelos de precificação amplamente aceitos e nas premissas descritas abaixo, de acordo com os princípios estabelecidos pelo IFRS 2, considerando os seguintes dados de entrada do modelo: O exercício das opções outorgadas está condicionado ao cumprimento dos seguintes prazos mínimos de aquisição de direito (vesting): • Entre 20% e 25% das opções a partir de 12 meses após a assinatura do contrato de opção; • Entre 1,68% e 2,08% ao mês a partir do 13º mês após a assinatura do contrato de opção, até atingir 100% do total de opções outorgadas. As opções concedidas no âmbito deste plano são pessoais e intransferíveis, independentemente do decorrer dos prazos de aquisição de direito (vesting). No exercício findo em 31/12/2025, o Grupo não outorgou opções (2024 - 2.023.500 opções). No período de 2015 a 2025, o Conselho de Administração aprovou os participantes do plano, a quantidade de ações que cada participante poderá adquirir mediante o exercício de suas respectivas opções, bem como os preços de exercício correspondentes, totalizando 8.500.000 opções, com preço de exercício inicial variando de R\$ 1,00 a R\$ 31,98 por opção. A tabela a seguir apresenta a quantidade, o preço de exercício e as movimentações das opções de ações durante o exercício:

Controlador e Consolidado			
2025			
Preço médio de exercício por		Preço médio de exercício por	
SOP	Quantidade	ação - em reais	Quantidade
Em 1º de janeiro	6.841.175	R\$ 11,54	5.220.987
Concedidas	-	R\$ 0,00	2.023.500
Canceladas	(162.180)	R\$ 10,56	(62.820)
Exercidas	(225.000)	R\$ 3,60	(340.922)
Em 31 de dezembro	R\$ 6.453.995,00	R\$ 11,84	R\$ 6.841.175,00
Em circulação em	5.494.003		5.134.904

(i) Refere-se às opções detidas por participantes que se desligaram do Grupo antes da aquisição do direito (vesting), as quais foram posteriormente canceladas, nos termos do plano e em conformidade com o IFRS 2. (ii) Exercício das opções já adquiridas (vested) pelos participantes do Plano de Opção de Compra de Ações, de acordo com as regras previamente estabelecidas no regulamento do Plano. **20.2. Plano de unidades de ações restritas (RSU):** Em 30/07/2021, o Conselho de Administração aprovou um plano de Restricted Stock Units (RSUs), cujos participantes elegíveis incluem membros do Grupo e de suas controladas, tais como administradores e empregados. Os valores justos das RSUs outorgadas foram determinados com base no valor justo de mercado das ações ordinárias do Grupo na data de cada respectiva outorga, em conformidade com o IFRS 2 - Share-based Payment.

Controlador e Consolidado			
2025			
Preço médio de exercício por		Preço médio de exercício por	
RSU	Quantidade	ação - em reais	Quantidade
Em 1º de janeiro	2.165.142	R\$ 32,76	1.601.749
Concedidas	440.266	R\$ 26,41	870.634
Canceladas	(421.981)	R\$ 29,38	(225.055)
Exercidas	(302.907)	R\$ 37,18	(82.186)
Em 31 de dezembro	R\$ 1.880.520,00	R\$ 31,32	R\$ 2.165.142,00
Em circulação em	928.665		825.034

20.3. Montantes reconhecidos na demonstração de resultados: Para o exercício findo em 31/12/2025, restam R\$ 25.926 (2024 - R\$ 40.065) de custos de remuneração não amortizados, incluindo encargos sociais, relativos a opções de ações e RSUs não adquiridas (unvested) concedidas aos colaboradores do Grupo. Esses custos serão reconhecidos ao longo de um período médio ponderado estimado de 2,15 anos. Os custos totais de remuneração não amortizados serão ajustados para mudanças futuras nas estimativas de cancelamentos (forfeitures). A despesa total, incluindo tributos e encargos sociais relacionados ao plano de remuneração baseada em ações para o exercício findo em 31/12/2025, foi de R\$ 18.498 (2024 - R\$ 24.151). Para o exercício findo em 31/12/2025, o Grupo registrou na reserva de capital o montante de R\$ 15.367 (2024 - R\$ 18.501). **21. Arrendamentos:** O Grupo tem reconhecido os seguintes saldos relacionados aos contratos de arrendamento:

Controlador e Consolidado			
2025			
Ativo de direito de uso (i)		Edificações	
2025	2024	2025	2024
1.260	1.158	4.303	1.179
Total	1.260	1.158	4.303

Passivo de arrendamento (ii)

Controlador e Consolidado			
2025			
2025	2024	2025	2024
1.256	1.244	4.670	1.244
Total	1.256	1.244	4.670

(i) Os ativos por direito de uso estão apresentados como um item de Imobilizado no Balanço Patrimonial. (ii) A seguir apresentamos a movimentação do passivo de arrendamento:

Controlador e Consolidado			
2025			
2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	1.244	2.725	1.244
Novos contratos de arrendamento	1.488	78	5.944
Juros apropriados	127	314	592
Pagamento do principal	(1.476)	(1.559)	(2.518)
Pagamento de juros	(127)	(314)	(592)
Saldo final em 31 de dezembro	1.256	1.244	4.670

A demonstração do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

Controlador e Consolidado			
2025			
2025	2024	2025	2024
Depreciação dos ativos de direito de uso	1.387	1.599	2.820
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	127	314	592
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	2.864	4.476	3.526
Total	4.378	6.389	7.047

22. Receita de contratos com clientes: A receita de contratos por clientes por tipo de serviço é da seguinte forma:

Controlador e Consolidado			
2025			
2025	2024	2025	2024
Receita de softwares, pagamentos e tarifas	1.486	4.943	47.091
Banking as a Service (adquirência)	-	-	132.748
Banking as a Service (receita de juros)	-	-	82.373
Banking as a Service (receitas transacionais)	-	-	163.221
Software as a Service para emissores	429.839		

Controlador		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Cayman	3.939	2.340	3.939
Chile	5.207	2.708	5.207
Chipre	-	-	80
Total de receita por região	448.258	497.145	697.758
23. Despesas por natureza:			
Controlador		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Pessoal	137.676	202.772	229.108
Serviços de terceiros	76.102	82.411	147.099
Serviços de nuvem / Data center	101.546	111.538	130.808
Instalações	32.634	32.610	34.360
Aluguéis	2.864	4.476	3.526
Perdas esperadas de crédito	(840)	3.266	12.826
Software e licenças	25.348	19.957	30.837
Marketing e eventos	9.150	6.486	20.270
Viagens	2.470	1.079	3.051
Depreciação	36.526	47.158	63.315
Remuneração baseada em ações (nota 20)	18.332	21.785	18.498
Despesas bancárias	-	-	6.830
Outros	-	-	1.962
Total	441.808	533.538	702.490
Custo de software, pagamentos e taxas transacionais	161.471	186.156	229.796
Custo de serviços profissionais e serviços de ecossistema	28.016	27.922	63.308
Despesas gerais e administrativas	113.740	150.891	199.159
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	108.565	131.073	149.615
Despesas com vendas	30.016	37.496	60.612
Total	441.808	533.538	702.490
24. Outras receitas (despesas):			
Controlador		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Outras despesas com clientes (i)	(2.202)	(6.418)	(5.833)
Adição/reversão de provisão para contingências	(282)	(944)	(3.206)
Créditos tributários (ii)	1.288	5.714	4.582
Total	(1.196)	(1.648)	(4.457)
25. Receitas e despesas financeiras:			
Controlador		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Receitas de juros sobre depósitos bancários	1.051	1.063	1.051
Outras receitas financeiras	16.008	1.846	-
Receitas de instrumentos financeiros derivativos	4.039	6.846	-
Outras receitas financeiras	613	550	2.623
Receita financeira	21.711	10.305	3.674
Perdas de variação cambial	(4.760)	(10.414)	-
Perdas de instrumentos financeiros derivativos	(13.949)	(3.116)	-
Juros sobre empréstimos	(37.454)	(23.646)	(36.804)
Juros sobre arrendamentos	(127)	(314)	(592)
Comissões bancárias	(157)	(262)	(158)
Outras despesas financeiras (i)	(33.110)	(24.057)	(39.794)
Despesa financeira	(89.557)	(61.809)	(77.348)
Perdas de variação cambial, líquido	-	-	9.109
Receitas (despesas) financeiras de instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	-	(9.910)
Outros resultados financeiros, líquido	-	-	(3.084)
Resultado financeiro, líquido	(67.846)	(51.504)	(74.475)
26. Imposto sobre a renda e contribuição social:			
Controlador		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Imposto sobre a renda e contribuição social	-	-	-
Imposto sobre a renda e contribuição social diferido	-	-	-
Total	-	-	-

26.3. Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social:

Controlador		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	(96.137)	(63.404)	(83.664)
Imposto à alíquota brasileira de 34% (ii)	(32.687)	(21.557)	(28.446)
Efeito fiscal de valores que não são dedutíveis (tributáveis) na apuração do lucro tributável:			
Ativos fiscais diferidos não reconhecidos (iii)	4.832	20.831	12.420
Despesas não dedutíveis (iv)	12.411	(6.680)	1.050
Diferenças temporárias	15.444	7.406	15.444
IRPJ e CSLL do exercício	-	-	468
Alíquota efetiva - %	0%	0%	-1%
(i) Apesar de o Grupo ter apresentado prejuízo nos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024, foram reconhecidas despesas com imposto de renda no resultado em razão da existência de entidades lucrativas dentro do Grupo. (ii) A despesa tributária foi apurada com base na alíquota brasileira do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), considerando que, atualmente, a principal operação está localizada no Brasil. Esta tabela reconcilia a despesa tributária esperada, calculada mediante a aplicação da alíquota combinada brasileira de 34%, com a despesa tributária efetiva. A alíquota combinada brasileira corresponde a 25% de IRPJ e 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). As diferenças entre as alíquotas de imposto de renda no exterior e a alíquota brasileira foram alocadas em "Reconciliação da alíquota efetiva". (iii) Os ativos fiscais diferidos não reconhecidos correspondem ao benefício fiscal relacionado à utilização futura de prejuízos fiscais da controlada Dock Soluções. Nesse caso, o ativo fiscal diferido não foi reconhecido em razão da ausência de expectativa de realização desses prejuízos fiscais em futuro previsível. O montante de ativos fiscais diferidos não reconhecidos totaliza R\$ 256.208 (2024 - R\$ 216.697). (iv) Refere-se principalmente ao efeito fiscal da baixa de ativos financeiros. 27. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros: 27.1 Instrumentos financeiros por categoria: 27.1.1 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado: O Grupo possui os seguintes instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:			

27.2.3. Risco de mercado: (i) Risco cambial: O risco de moeda estrangeira é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de uma exposição oscilem devido a mudanças nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco ocorre quando transações comerciais futuras ou ativos e passivos reconhecidos são denominados em uma moeda que não é a moeda funcional da entidade. Conforme descrito na nota 15, o Grupo captou alguns empréstimos em moeda estrangeira. O risco cambial desses empréstimos está totalmente coberto por instrumentos derivativos. A exposição do Grupo ao risco de moeda estrangeira ao final do período de relatório está limitada aos empréstimos descritos acima. **(ii) Riscos de taxa de juros:** O risco de taxa de juros surge da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros em relação ao valor justo ou aos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros. A principal exposição do Grupo ao risco de taxa de juros está relacionada aos empréstimos bancários a pagar sujeitos a taxas de juros variáveis, principalmente a taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário) no Brasil. Os investimentos do Grupo são realizados com o objetivo de preservação de capital e o Grupo não realiza investimentos para fins de negociação ou especulativos. As contas a receber de clientes, fornecedores e outras contas a pagar e passivos do Grupo não incorrem em risco. A tabela a seguir resume os instrumentos financeiros do Grupo expostos ao risco de taxa de juros:

	Controlador		Taxa de juros	
	2025	2024	2025	2024
Passivos				
Empréstimos	227.293	242.318	CDI	227.293
Contas a pagar pela aquisição de controladas	19.653	16.923	CDI	19.653
Total	246.946	259.241		
Consolidado				
Passivos				
Empréstimos	227.293	242.968	CDI	227.293
Contas a pagar pela aquisição de controladas	31.026	33.064	CDI	31.026
Total	258.319	276.032		

O Grupo realizou uma análise de sensibilidade em relação à exposição à taxa de juros à qual os instrumentos financeiros estão expostos em 31/12/2025. Como premissa, foram adotados impactos de 10% para cima ou para baixo. Como resultado, as despesas de juros seriam impactadas conforme segue:

	Controlador		Taxa de juros	
	2025	2024	2025	2024
Variação hipotética da taxa de juros básica				
Tipo				
Empréstimos	227.293	3.745	CDI	227.293
Contas a pagar pela aquisição de controladas	19.653	309	CDI	19.653
Total	246.946	4.054		

27.3 Gestão do capital: A política do Grupo consiste em manter uma base de capital sólida, visando assegurar a confiança de investidores, credores e do mercado, bem como sustentar o desenvolvimento futuro dos negócios. Adicionalmente, os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A gestão de capital ocorre considerando as cifras consolidadas do Grupo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O Grupo monitora o capital com base no índice caixa / dívida líquida.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Quotistas Dock Tecnologia S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Dock Tecnologia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas

de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com as normas internacionais de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conlujo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas.

A Diretoria
Diretoria: Marcelo Prudencio Jacques | Valério Zarro
Contador: Cleiton da Silva Fernandes de Jesus - CRC nº 1SP312510-0

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Dock Tecnologia S.A.

nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04/05/2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/0-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador
CRC 1DF012332/0-2

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

☎ **Contato:** (11) 3361-8833

✉ **Orçamentos:** comercial@datamercantil.com.br

DATA São Paulo
MERCANTIL



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/05/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

